

# Relatório e Contas 2012



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



# Relatório e Contas 2012

## Índice

<b>Síntese de Dados/Indicadores</b>	<b>1</b>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação da Empresa</b>	<b>4</b>
Breve Historial	4
Estrutura Acionista	5
Orgãos Sociais	5
<b>Objecto da Sociedade</b>	<b>6</b>
<b>Missão e Posicionamento Estratégico</b>	<b>7</b>
Missão	7
Visão	7
Valores	7
Objectivos Estratégicos	7
<b>Síntese de Atividade em 2012</b>	<b>9</b>
Envolvente Exterior	9
Enquadramento Macroeconómico	9
Enquadramento Local	11
Estrutura Organizacional	13
Organograma	13
Competências	13
Recursos Humanos	16
Regras Societárias	17
Principais Acontecimentos em 2012	17
Fatos Relevantes	17
Desempenho do Sistema	19
Análise Económico Financeira	26
Análise Gastos e Rendimentos	26
Análise do Balanço	28
Indicadores	29
<b>Perspetivas para o Futuro</b>	<b>30</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>31</b>
<b>Outras Informações</b>	<b>32</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>33</b>
<hr/>	
<b>Contas do Exercício de 2012 e Respetivo Anexo</b>	<b>34</b>
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Natureza	
Demonstração das alterações no Capital Próprio	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal das Contas	

# Síntese de Dados/Indicadores



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

### QUADRO

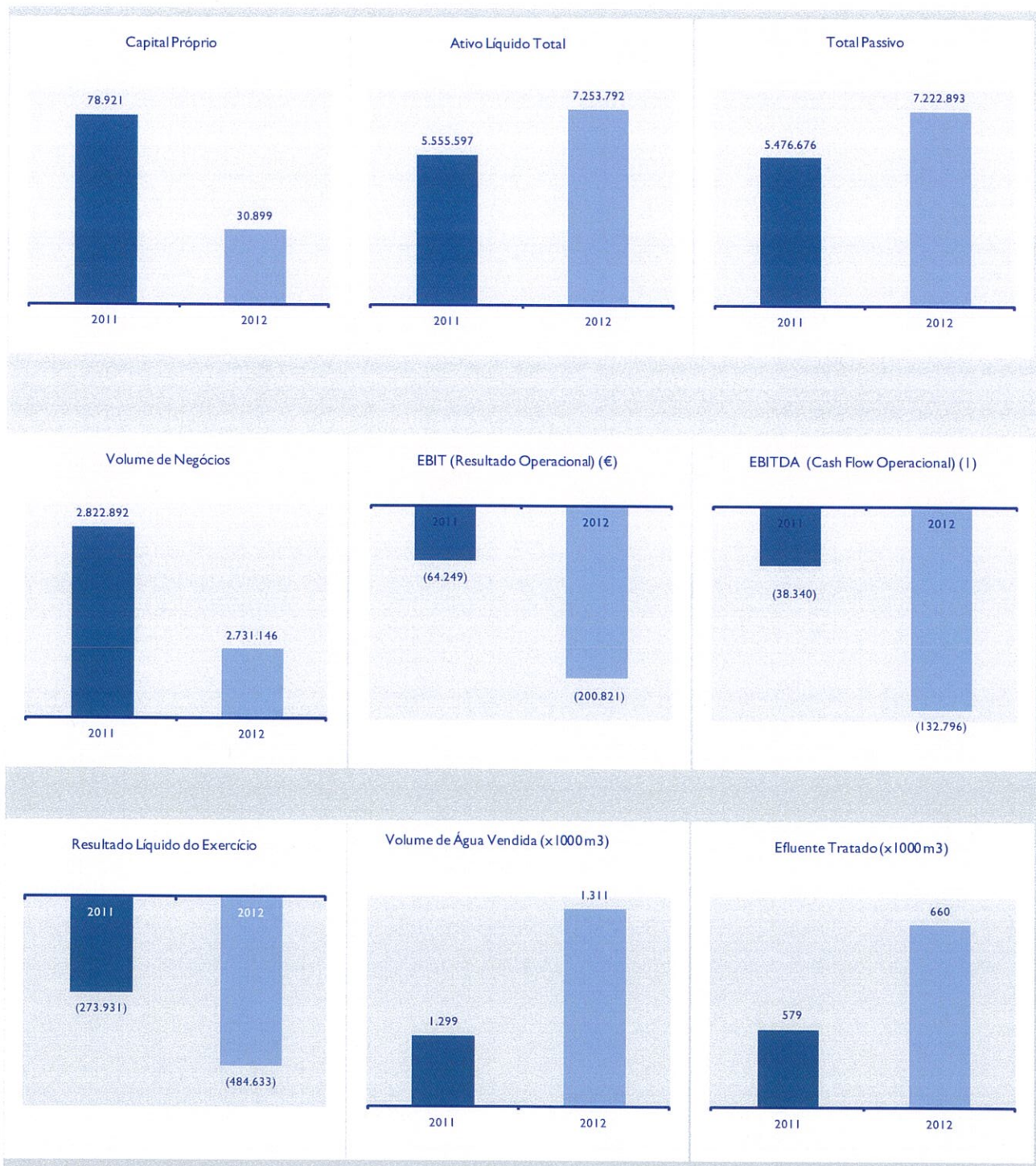
(em euros)

Síntese de Dados / Indicadores	2011	2012
Capital Social	50.000	50.000
Capital Próprio	78.921	30.899
Ativo Líquido Total	5.555.597	7.253.792
Total Passivo	5.476.676	7.222.893
Volume de Negócios	2.822.892	2.731.146
EBITDA (Cash Flow Operacional) (1)	(38.340)	(132.796)
EBIT (Resultado Operacional)	(64.249)	(200.821)
Resultados Antes de Impostos	(274.924)	(487.059)
Resultado Líquido do Exercício	(273.931)	(484.633)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(347,1%)	(1568,4%)
Rentabilidade do Ativo (%)	(4,9%)	(6,7%)
Autonomia Financeira (%)	1,4%	0,4%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	11	11
Nº de Municípios Abastecidos	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km <sup>2</sup> )	262	262
População Residente na Área Abrangida	21.814	21.814
<b>Abastecimento</b>		
Nº de Clientes	10.276	10.065
População Servida	20.335	21.159
Volume de Água Vendida (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	1.299	1.311
<b>Saneamento</b>		
Nº de Clientes	6.003	6.857
População Servida	14.175	15.052
Efluente Facturado (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	579	660

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - Imparidades e Reversões - Provisões

*R.*  
↓  
*8*

## GRÁFICOS



# Mensagem do Presidente



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

**2012** foi um ano determinante na recente história da Águas da Azambuja.

Determinante pela estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão iniciado em Junho de 2011 e que culminou com o envio à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos por parte do Município no início do mês de Fevereiro de 2013, para obtenção de parecer, da Minuta de Aditamento ao Contrato de Concessão.

Pela reestruturação interna da empresa, incorporando experiências de outras concessões e focalizando os objetivos internos na otimização operacional e na redução de custos, sem deixar de melhorar o desempenho da concessão e os níveis de serviço junto dos seus clientes.

Pela adversidade externa, com uma significativa contração da atividade económica, queda generalizada da procura interna, com uma baixa de 5,5% do consumo privado, corte abrupto do investimento nacional superior a 14%, com maior incidência no investimento público e residencial, e a taxa de desemprego cresceu para níveis históricos. Agravou esta adversidade o aumento incomportável dos encargos com o nosso principal fornecedor, a Águas do Oeste, S.A., quer por via do aumento tarifário, quer por via da evolução dos consumos mínimos garantidos, totalmente desenquadrados da realidade do Município de Azambuja.

Determinante pela melhoria que imprimimos no ambiente ao iniciar a exploração de 6 sistemas de drenagem de águas residuais e na redução em cerca de 20% o volume de água não faturada. Em 2012 disponibilizámos o serviço de drenagem a mais de dois terços da população do concelho, iniciando a exploração dos sistemas de saneamento de Virtudes, Manique, V.N. São Pedro, Casais da Caneira, Alcoentre e Quebradas. Mais teríamos realizado se a Águas do Oeste tivessem concluído os seus investimentos no Município de Azambuja que estão presentemente a condicionar o Plano de Investimentos da Águas da Azambuja.

Sentimos que 2012 foi determinante, mas não foi suficiente para garantir a sustentabilidade da Concessão.

Assim, em 2013 esperamos concluir o processo de reequilíbrio económico-financeiro da Concessão e de adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto.

O Presidente do Conselho de Administração



Diogo Faria de Oliveira

# Apresentação da Empresa



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA





## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### Breve Historial

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída em 10 de Março de 2009 em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em Abril de 2007 para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), que se irá prolongar por 30 anos, teve início no dia 11 de Julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas de Azambuja.

Em Junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de Agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em Janeiro de 2012 e que culminou em Dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

No ano de 2012 o Plano de Investimentos da Concessão teve um impulso significativo, faltando executar no final de 2012 apenas 3 dos 11 projetos de abastecimento (projetos FA) e 1 dos 18 projetos de drenagem de águas residuais (projetos FB) previsto no Plano de Investimentos inicial da concessionária.

## Estrutura Acionista

<b>Identificação</b>	Águas da Azambuja, S.A	
<b>Sede Social:</b>	R. Teodoro José da Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 2050-335 Azambuja	
<b>Pessoa Colectiva:</b>	508 911 443	
<b>Capital Social:</b>	€ 50.000	
<b>Estrutura Acionista:</b>	Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
	Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
	Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
	Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	0,01%
	Pragosa Ambiente, S.A.	0,01%

## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

### Conselho de Administração:

Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira – Presidente;  
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;  
Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa – Vogal.

### Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Rui Abel Serra Martins

# Objecto da Sociedade



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA

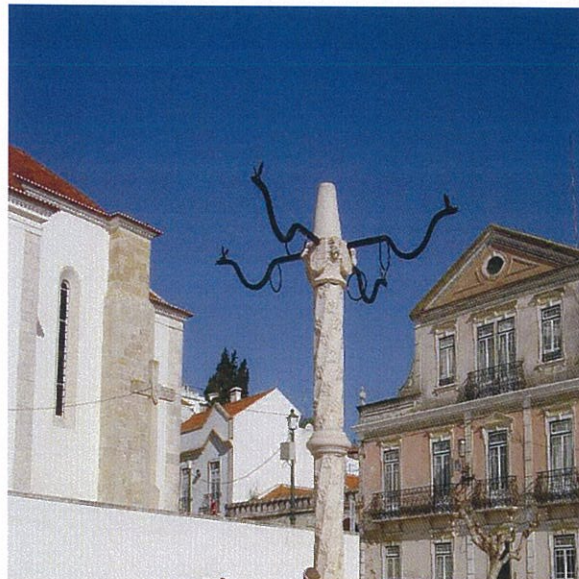


## OBJETO DA SOCIEDADE

### Objeto

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.

(art. 3º dos Estatutos da Sociedade)



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

# Missão e Posicionamento Estratégico



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### Visão

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço num período de 3 a 5 anos.

### Valores

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética.



### Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

#### Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

### Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Redução das perdas na rede de água.

### Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

### Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



# Síntese de Atividade em 2012





## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2012

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### Enquadramento macroeconómico

##### Geral

Em 2012 a economia mundial continuou em expansão, embora se tenham intensificado os sinais de arrefecimento da atividade pelo agravamento das tensões no mercado de dívida soberana, pelo processo de reestruturação da dívida pública grega e impasse político naquele país.

A redução dos ratings da dívida pública por parte de algumas das principais agências de notação de risco voltou a contribuir para a deterioração da confiança dos investidores na estabilidade financeira e solvabilidade de alguns países da União Económica e Monetária (UEM), com destaque, para a Espanha. As elevadas necessidades de financiamento desta economia e o crescimento negativo acabaram por contagiar outros países em situação parecida, nomeadamente a Itália. Em ambos os casos, esse receio ficou patente no aumento das respetivas taxas de juro implícitas, as quais atingiram, no primeiro caso, os níveis máximos desde a entrada em funcionamento da UEM.

Em dezembro, o **Conselho do Banco Central Europeu (BCE)** decidiu manter em 0,75 por cento a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e em 1,50 por cento as taxas de cedência de liquidez.

Até novembro de 2012 a Euribor 3M reduziu 1,17 pontos percentuais e a Euribor 6M reduziu 1,3 pontos percentuais face a dezembro de 2011.

Varição da Euribor nos últimos 3 anos:

	2009	2010	2011	2012
<b>Euribor 1M</b>	0,45%	0,78%	1,02%	0,11%
<b>Euribor 3M</b>	0,70%	1,01%	1,36%	0,19%
<b>Euribor 6M</b>	0,99%	1,23%	1,62%	0,32%
<b>Euribor 12M</b>	1,25%	1,51%	1,95%	0,54%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2012 o **preço internacional do petróleo** em dólares registou uma redução de 10 por cento: O **preço do gasóleo** rodoviário registou um aumento de cerca de 3,1 por cento face a 2011.

#### Portugal

O ano de 2012 é marcado pela continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira. A evolução da economia portuguesa decorreu num contexto de restritividade das condições monetárias e financeiras e de manutenção da

orientação contracionista da política orçamental. Neste quadro, observou-se uma deterioração da economia portuguesa, caracterizada por uma forte quebra do produto e por um significativo aumento do desemprego.

No terceiro trimestre de 2012, o PIB diminuiu 3,5 por cento em volume, face a 2011, O contributo positivo da procura externa líquida foi menos acentuado (3,9 p.p. contra 5,6 p.p. do trimestre anterior), tendo o contributo da procura interna sido menos negativo para a variação homóloga do PIB (-7,4 p.p. face a -8,7 p.p. no trimestre anterior)

O consumo privado registou uma quebra de 6 por cento e o consumo público registou uma quebra de 4,7 por cento.

Em 2012, o **Índice de Preços no Consumidor** (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 2,8 por cento, (3,7 por cento no ano anterior).

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor** (mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia) também diminuiu de 0.2 p.p. para 2.9 por cento.

	Taxa de Variação Anual			
	2009	2010	2011	2012
PIB*	(2,5%)	1,3%	(1,6%)	(3,5%)
IPC	(0,8%)	1,4%	3,7%	2,8%
Desemprego*	9,5%	10,8%	12,7%	15,2%
Consumo Privado*	(1,0%)	2,1%	(3,8%)	(6,0%)
Consumo Público*	3,4%	1,8%	(4,3%)	(4,7%)
Exportações*	(11,7%)	8,8%	7,2%	1,7%
Importações*	(10,6%)	5,2%	(5,9%)	(8,2%)

Fonte: Banco de Portugal e INE  
\* Dados 3º Trím de 2012

A taxa média de **desemprego** em 2012 prosseguiu a tendência observada na última década, fixando-se num máximo histórico de 15,2 por cento, contra os 12,7 por cento registados em 2011, o que constitui um aumento de 2,5 pontos percentuais.

Relativamente ao **comércio internacional**, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, em novembro as exportações registaram um crescimento real de 1,7 por cento e as importações continuaram a apresentar uma quebra (-8,2% face a -5,9% em 2011), resultando num contributo menos positivo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

Índices (Base 100 = 1998)

	2009	2010	2011	2012
Muito Alta Tensão	115	118	130	n.a
Alta Tensão	122	126	138	n.a
Média Tensão	124	128	133	144
Baixa Tensão Especial	135	139	144	156
Baixa Tensão Normal	120	124	129	134

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

## Enquadramento Local

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km<sup>2</sup>. Residem na área abrangida 21.814 habitantes<sup>1</sup>, estando presentes no Município cerca de 97% dessa população. Dos resultados dos CENSOS de 2011 destacam-se ainda o número de 8.197 famílias e 11.918 alojamentos clássicos, indicadores essenciais para compreender os indicadores relativos à disponibilidade do serviço e à sua efetiva adesão.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o Tratamento das Águas Residuais em alta são assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Assiste-se a uma crescente especialização do Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização. Atualmente a componente comercial e industrial representa um peso de 20 % no volume de água vendida.

O Concelho da Azambuja encontra-se por tal integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, pelo que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Neste quadro favorável, existem boas possibilidades de diversificação da Economia do território, designadamente baseada na consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector agro-florestal, com a criação de atividades a ele relacionadas, designadamente com atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados preliminares dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta quando comparado com o ano de 2001. A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, melhor servidas por acessibilidades rodoviárias e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Vila Nova de S. Pedro, Maçussa ou Vale Paraíso. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> INE – Resultados CENSOS 2011.

<sup>2</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, Abril de 2010, Elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

A atividade de Águas da Azambuja é regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de Maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja. Estes regulamentos pretendem dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR;
- Legislação geral do sector.

Em Março de 2012 a Águas da Azambuja apresentou ao Município o Relatório Anual de Atividade da Concessionária relativo ao ano de 2011. Durante o mês de Setembro foi submetido do Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano de 2013, aprovado posteriormente pela Entidade Reguladora. O Plano aprovado para o ano de 2012 foi cumprido na íntegra. Complementarmente a esta informação, a Concessionária apresenta ao Município relatórios trimestrais de acompanhamento do Plano de Investimentos.

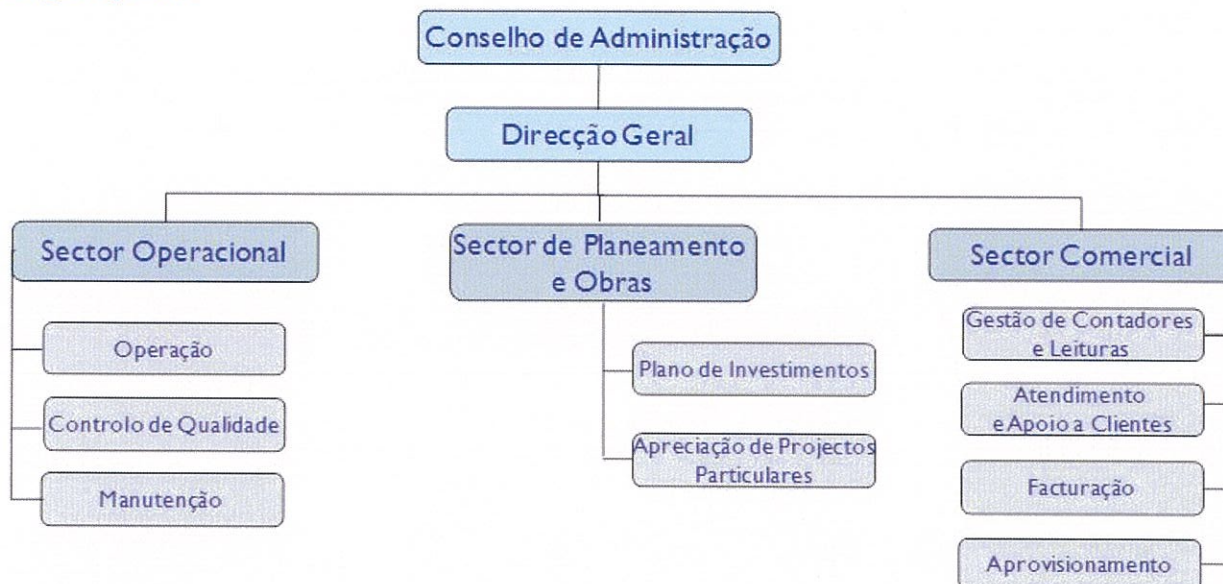


De referir ainda a estabilização da revisão do Contrato de Concessão em Dezembro de 2012, integrando assim a necessária adaptação ao novo quadro legislativo do sector o Decreto-lei 194/2009.

Este processo aguarda agora o parecer da ERSAR, para posterior aprovação final na Câmara Municipal de Azambuja.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### Organograma



### Competências

#### ADMINISTRAÇÃO:

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objetivos, linhas de atuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Atividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a atividade da Concessionária.

#### DIRECÇÃO GERAL:

- Dirigir a concessão em conformidade com as diretrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de atuação dos Sectores Comercial, Operacional e de Planeamento e Obras;
- Representar a Concessionária perante o Município de Azambuja;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;
- Informar sobre a gestão da empresa.
- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;
- Manter relações com a ERSAR, Organismos Sanitários e Laboratórios;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.

## SECTOR OPERACIONAL

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação das áreas de controlo de qualidade, exploração e manutenção;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Operacional;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Operacional.
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as ações de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Atender os avisos de ruturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.



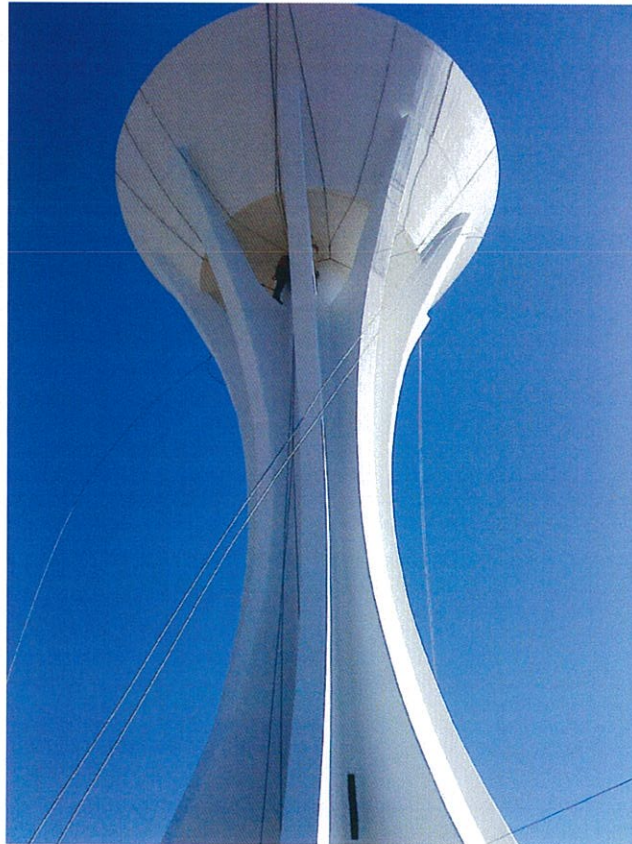
## SECTOR COMERCIAL:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação do Sector Comercial;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Comercial;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Comercial;
- Atender a linha telefónica;
- Rececionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efetuar e manter atualizado o arquivo de documentos;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Efetuar os pedidos de compra de materiais;
- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.
- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;
- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respetivas faturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;

- Receber os pagamentos dos clientes efetuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, *Payshop* e Transferência bancária.

### **SECTOR DE PLANEAMENTO E OBRAS:**

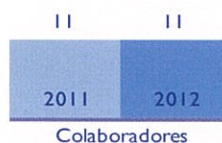
- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação do Sector de Planeamento e Obras;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector de Planeamento e Obras;
- Apreciar projetos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e CMA;
- Planear obras;
- Coordenar e fiscalizar as obras afetas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projetos de Execução para lançamento de obras.



## Recursos Humanos

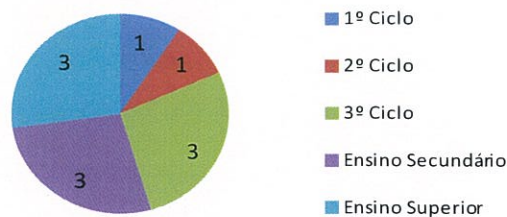
Em 31 de Dezembro de 2012 a empresa tinha 11 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2011	2012
Contrato sem Termo	6	6
Contrato Termo Certo	5	5
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>



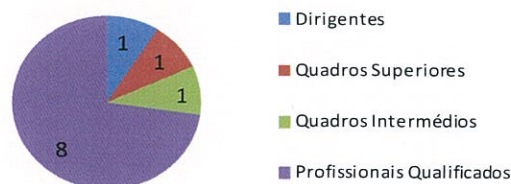
A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2012, a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	1	0	1
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	3	0	3
Ensino Secundário	1	2	3
Ensino Superior	2	1	3
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	1	0	1
Quadros Superiores	1	0	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	5	3	8
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	7	3	10
10 a 15 anos	1	0	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>

O nível etário médio é de 41 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	1	0	1
30 a 34 anos	0	2	2
35 a 39 anos	2	1	3
45 a 49 anos	3	0	3
50 a 54 anos	2	0	2
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>



## Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366 do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

Sector

Setor

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

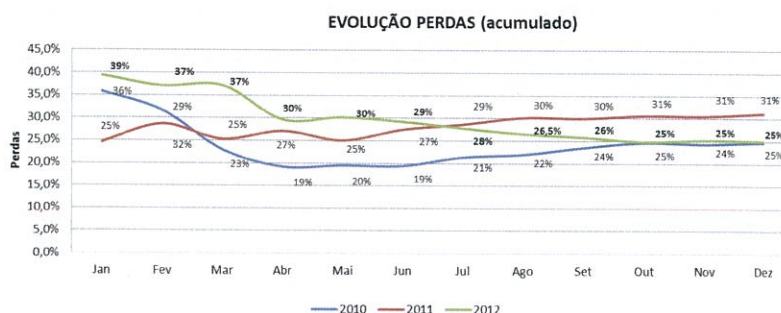


## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2012

### Factos Relevantes

No ano de 2012 procedeu-se à alteração da direção geral da empresa, consolidada que estava a fase arranque da concessão. Na escolha da nova direção optou-se por trazer para a Águas da Azambuja a experiência de outra concessão na exploração e manutenção dos sistemas. Este facto, aliado ao bom relacionamento que existe com a Concedente e outras entidades envolvidas, e que sempre pautou o modo de atuação da concessionária, permitiu criar o enquadramento favorável necessário ao bom desempenho da empresa do ponto de vista operacional e comercial, contrariando assim os aspetos exteriores negativos.

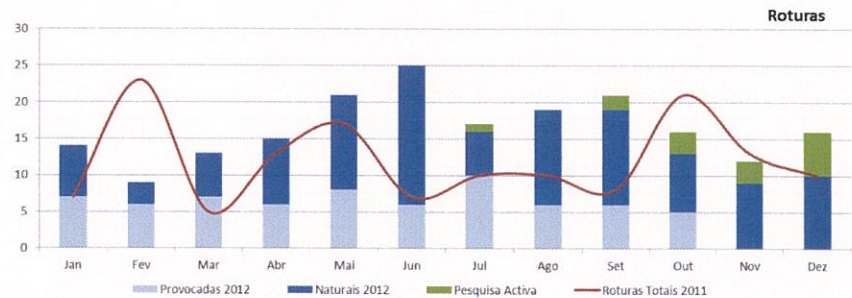
Em termos globais verificou-se uma tendência de aumento na compra de água em alta no 1º semestre de 2012 face ao ano de 2011 de 28 849 m<sup>3</sup>, tendo sido inferior em 100 935 m<sup>3</sup> no 2º semestre. Neste balanço resulta numa aquisição total de 1 756 388 m<sup>3</sup>, resultando numa redução face a 2011



de 72 086 m<sup>3</sup>. Relativamente a água não faturada, foi possível corrigir e inverter a tendência de crescimento que se verificou em 2011, obtendo um nível de perda global de 25%, com uma redução absoluta do volume perdido face a 2011 de 6%.

Para este efeito positivo contribui em larga medida as campanhas de pesquisa ativa de fugas através de meios externos, a conclusão de um maior número de obras do Plano de Investimentos, com a consequente diminuição do número de roturas provocadas, a análise sistemática de consumos e da evolução do parque de contadores, as ações de fiscalização e penalização de consumos fraudulentos e o ajustamento das datas de

faturação e cobrança que permite aos clientes prever com maior proximidade o valor da sua fatura e garante uma especialização de consumos quase real.



Do ponto de vista operacional foram estabilizadas pressões em várias zonas da rede, melhorando e otimizando o modo de funcionamento de redes como Casais de Baixo, Casais de Vale Coelho, Alcoentre, Vale Paraíso e Aveiras de Baixo, através da estabilização de pressões e criação de zonas de medição e controlo. De destacar também os trabalhos de renovação de rede realizados em articulação com o Município na remodelação da rede de abastecimento de água de Maçussa e Vale do Brejo numa extensão superior a 1 600m.

Não será alheio a este melhor desempenho da rede de abastecimento de água, o melhor conhecimento cadastral do sistema materializado na constante atualização da informação referenciada em cadastro.

A empresa continuou a sua política de renovação de contadores, adequando assim a idade e as condições de funcionamento do parque de contadores instalado, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

Do ponto de vista comercial procurámos melhorar o desempenho da empresa no principal veículo de relacionamento com os utilizadores: a fatura e o atendimento presencial na loja. Neste aspeto salienta-se a redução do número de reclamações e a melhoria dos tempos de resposta a reclamações e ações tomadas previamente para minorar os efeitos das ações levadas a cabo em 2012 de ajustamento da faturação. Nesta área temos que agradecer o constante apoio dos órgãos institucionais de proximidade às populações o município e as juntas de freguesia que sempre procuraram encontrar as melhores soluções.

Melhorámos igualmente a eficácia do controlo de cobranças, com melhoria da aplicação das condições regulamentares e contratuais por via de uma maior eficiência nos cortes e controlo dos clientes suspensos, mas também na criação de condições propícias ao pagamento dos valores em dívida.

Esta política permite, apesar da conjuntura externa muito penalizadora, assegurar a manutenção dos níveis de dívida praticamente constante.

Apesar das condições restritivas internas, procurámos durante o ano de 2012 manter o envolvimento junto da comunidade, participando nas principais atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinhos e a Feira de Maio, e oferecendo a possibilidade de um estágio curricular *on job* durante três meses na empresa a uma aluna de um curso técnico profissional de ambiente.



Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR em articulação com a Entidade Reguladora e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Águas da Azambuja está a desenvolver as ferramentas operacionais associadas à Gestão Patrimonial de Infraestruturas e ao Plano de Segurança da Águas, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

## DESEMPENHO DO SISTEMA

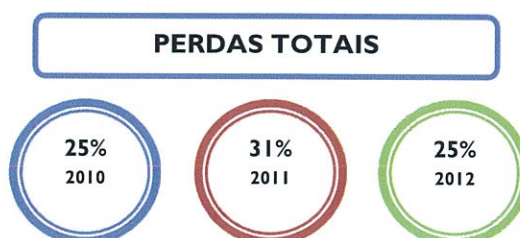
### Exploração do Sistema

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm sido geridos de forma manifestamente satisfatória o que se traduz no número de reclamações insignificante, relativamente a esta matéria, quer por parte dos Utilizadores, quer por parte da Concedente como entidade fiscalizadora do cumprimento do Contrato de Concessão.

Em termos de qualidade da água distribuída, realça-se o integral cumprimento do número de análises e parâmetros previstos no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR. No âmbito do PCQA e para os 47 parâmetros analisados na rede de distribuição, registaram-se dois incumprimentos ao longo de 2012.

De realçar a constante colaboração da Delegação Regional de Saúde no acompanhamento destes sistemas, o que tem permitido concertar estratégias no âmbito da qualidade da água através da articulação de todas as entidades intervenientes.

Em termos de rendimento do sistema de abastecimento, refere-se novamente o resultado das medidas implementadas durante o ano de 2012 para a redução do volume de água perdida que permitiu melhorar o desempenho do sistema, invertendo a tendência de crescimento verificada.



	Total 2012	Valor 2012	Face a 2011	
INDICADORES	(m <sup>3</sup> )	(Eur)	(m <sup>3</sup> )	(Eur)
Compra Água	1.756.388	1.097.742	-72.086	-45.054
Água Facturada	1.310.865	1.685.674	40.846	74.097
Água não facturada	445.523	278.229	-112.931	-70.582
<b>Perda Total</b>		<b>25,37%</b>		<b>-5,83%</b>
<b>Rendimento Sistema</b>		<b>74,63%</b>		<b>5,83%</b>

Em 2012, face a 2011, registou-se uma compra de água inferior em 72 086 m<sup>3</sup>.

### Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas

Durante o ano de 2012 entraram em serviço parcial os sistemas em alta de Vila Nova de São Pedro e Manique do Intendente e foi concluído o sistema intercetor de Aveiras de Cima. Continua a aguardar conclusão os sistemas em alta de Alcoentre (Espinheira e Tagarro), Manique do Intendente (Arrifana) e Azambuja (Casais de Baixo) cujas redes de drenagem em baixa já se encontram concluídas e prontas para entrar em exploração.



Em termos de realização do Plano de Investimentos no ano de 2012 foram concluídas as Obras FA03 (Alcoentre), FA07 (Aveiras de Cima), FA09 (Vale Paraíso), FB11, FB 12 e FB 13 (Manique do Intendente) e FB 16 (Maçussa). Encontram-se em fase de acabamentos as obras FB 06 (Aveiras de Baixo) e FB 15 (Vila Nova de São Pedro) que já se encontram em serviço.

Neste contexto a Águas da Azambuja iniciou a exploração de 6 sistemas com cerca de 9 km de rede, o que permitiu disponibilizar o serviço a mais 954 clientes de saneamento.

Em termos dos sistemas de abastecimento de água foi estabilizada com o Município no 4º Trimestre de 2012 a solução de abastecimento Norte à freguesia de Aveiras de Cima e que irá permitir estabilizar a solução para o Projeto FA 11. Neste âmbito já foram entregues os projetos para licenciamento junto do EP – Estradas de Portugal, S.A. para as obras FA 11 e FB18, estando em fase de conclusão os respetivos projetos de execução. Continua indefinida por parte da Águas do Oeste a solução de abastecimento para a concretização da obra FA01.

Por indicação do Município foram suspensas as obras FA12 (reservatório de Maçussa), FB 10 (rede doméstica em Casais de Britos) e FB 17 (rede de drenagem na zona industrial de Aveiras de Cima). De referir ainda que em Outubro de 2012 foi desbloqueada pelo Município a disponibilização dos terrenos associados à obra FA04 (construção do reservatório de Virtudes).

Destacamos ainda o arranque da instalação do sistema de telegestão no 4º Trimestre de 2012, ferramenta fundamental para a otimização operacional dos sistemas.

A fiscalização das obras da Concessão continua a estar a cargo da empresa DDN – Gestão, Coordenação e Fiscalização Lda.

Plano de Investimentos	2010		2011		2012	
	Euros	% Execução Acum	Euros	% Execução Acum	Euros	% Execução Acum
Projectos	69.978	n.a.	26.730	n.a.	11.721	n.a.
FA02	n.a.	n.a.	27.851	100%	0	100%
FA03	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50.535	100%
FA07	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	206.569	100%
FA09	n.a.	n.a.	150.411	97%	9.292	100%
FB01	n.a.	n.a.	165.975	60%	137.897	100%
FB02	n.a.	n.a.	42.129	100%	0	100%
FB03	45.696	21%	199.234	100%	13.204	100%
FB04	n.a.	n.a.	120.011	92%	10.610	100%
FB05	n.a.	n.a.	40.164	100%	0	100%
FB06	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	42.050	98%
FB07	218.831	77%	70.539	98%	4.431	100%
FB08	n.a.	n.a.	119.570	100%	0	100%
FB09	n.a.	n.a.	22.629	100%	0	100%
FB11	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	78.822	100%
FB12	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	139.793	100%
FB13	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	174.384	100%
FB14	n.a.	n.a.	50.171	56%	5.644	100%
FB15	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	82.421	98%
FB16	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	43.918	100%
FB18	40.391	42%	61.367	100%	10.204	100%
FARs	51.989	100%	0	100%	0	100%
1º Aditamento FARs	153.792	86%	17.033	97%	6.392	100%
Rede Água Maçussa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	81.670	100%
Rede Água Vale do Brejo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25.420	100%
<b>Total</b>	<b>580.677</b>		<b>1.113.813</b>		<b>1.134.976</b>	

\* Adicional estradas de Portugal

\*\* Obras solicitadas pela Concedente

## Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;

Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza desobstrução de coletores;

MPC – Mário Pereira Cartaxo, S.A.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Em termos de manutenção dos sistemas é de destacar as intervenções no reservatório de Vila Nova da Rainha, com a substituição dos quadros elétricos e a reformulação da rede de abastecimento aos Casais de Baixo e Casais de Vale Faro, com recorrentes falhas no abastecimento de água.

Relativamente à rede de saneamento, verificaram-se 12 obstruções de coletores. Foram asseguradas 355 limpezas de fossas sépticas, mantendo-se em linha face a 2011, quer por via da maior cobertura do serviço, quer pelas características do ano hidrológico.

### Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º234/2001). Foram efetuadas 1 030 determinações analíticas distribuídas pelo conjunto de parâmetros de Controlo de Rotina I, Controlo de Rotina II e Controlo de Inspeção.

### Imagem e comunicação

Em 2012 a Empresa efetuou uma reestruturação da página da internet permitindo acesso a novos serviços on-line a clientes e informações gerais. Esta alteração garante uma maior flexibilidade na divulgação de informação aproximando a empresa dos clientes.



### Área Comercial

Em 2012 a Empresa diminuiu o número de clientes de abastecimento em 211, devido fundamentalmente ao fenómeno de emigração registado em 2012 e a intensificação dos procedimentos de controlo de cobranças, tal como podemos observar no quadro seguinte:

Novos Contratos	129
Baixas de Fornecimento	340
<b>Varição do nº de Clientes</b>	<b>(211)</b>



A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 954 novos contratos. Este aumento do número de contratos teve a ver fundamentalmente com o aumento da cobertura da rede de saneamento e com o melhor conhecimento do cadastro da rede de saneamento. No final do ano de 2012, a empresa tinha um total de 10.086 contratos de abastecimento, dos quais 6.857 com serviço de saneamento.

Durante o exercício de 2012 foram executados 48 ramais de água e 35 de saneamento (fora do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de detetar utilizações abusivas e consumos de origens próprias ilegais.

### Novos Contratos

A Águas da Azambuja celebrou 129 contratos de fornecimento de água durante o ano 2012, com a seguinte distribuição mensal:



### Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2012, a Águas da Azambuja registou 340 rescisões de contrato de fornecimento.

### Suspensões de fornecimento

Relativamente ao controlo de cobranças, resultaram, em 2012, 810 cortes de fornecimento e 587 restabelecimentos de serviço.

### Campanha de Substituição de Contadores Antigos

A campanha visava a substituição de contadores que apresentavam uma idade de instalação superior à prevista na legislação.

Foram substituídos 2.051 contadores que nos permite ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos. Em virtude do resultado positivo desta campanha, Águas da Azambuja vai dar continuidade em 2013 à substituição de contadores conforme previsto no Plano de Investimentos de Concessão.

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 2.731 mil euros.

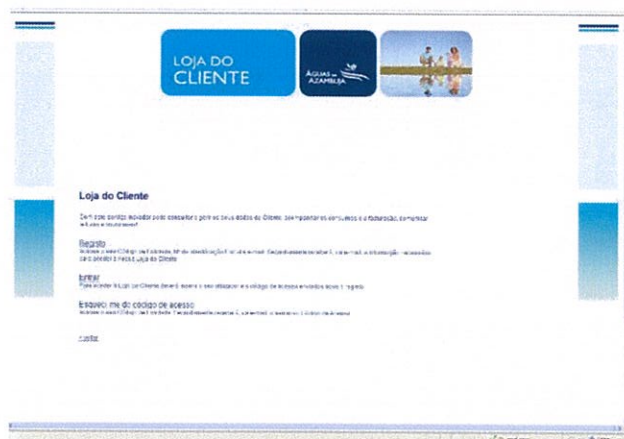
(em euros)	
Vendas e Prestações de Serviços	2012
Venda de Água	1.577.107
Tarifa de Disponibilidade	632.768
<b>Total Vendas + Tarifa</b>	<b>2.209.875</b>
Tarifa de Utilização de Saneamento	380.881
Ramais Domiciliários (Água)	17.778
Ramais Domiciliários (Saneamento)	15.854
Outros Serviços	106.758
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>521.271</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>2.731.146</b>

Os clientes Domésticos têm um peso de 85,6% no conjunto total de contratos existentes em condições de faturar, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 9,1%. No entanto quando comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 36,3%.

Em média, foram faturados cerca de 10,97 m3 por consumidor e por mês.

#### Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento, os meios automáticos representam já cerca de 75% da escolha dos nossos Clientes.





## Organização, Processos e Sistemas

### Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se em fase de consolidação do modelo estabelecido ao nível das infraestruturas de água e águas residuais com um conjunto de Obras que fazem parte do Plano de Investimentos praticamente concluídos em termos de fascículos previstos.

A Concessão engloba 10.065 contratos ativos distribuídos por uma área territorial de cerca de 262 km<sup>2</sup>, servidos, em baixa, por:

Infra-estruturas	nº/ km
Reservatórios	16
Estações Elevatórias de Abastecimento	10
Estações Elevatórias de Águas Residuais	8
Rede de Abastecimento de Água	290
Rede de Saneamento	130

### Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuição da Concessão, tanto a nível da operação das infraestruturas num passado recente geridas pelo município, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas. A esse nível é de realçar o contacto com as Juntas de Freguesia, a empresa Águas do Oeste, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Direção Regional de Saúde/ Delegada de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2012, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2012.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### Análise de Gastos e Rendimentos

A empresa regista, no ano de 2012, um resultado líquido negativo de 484.633 euros.

*(em euros)*

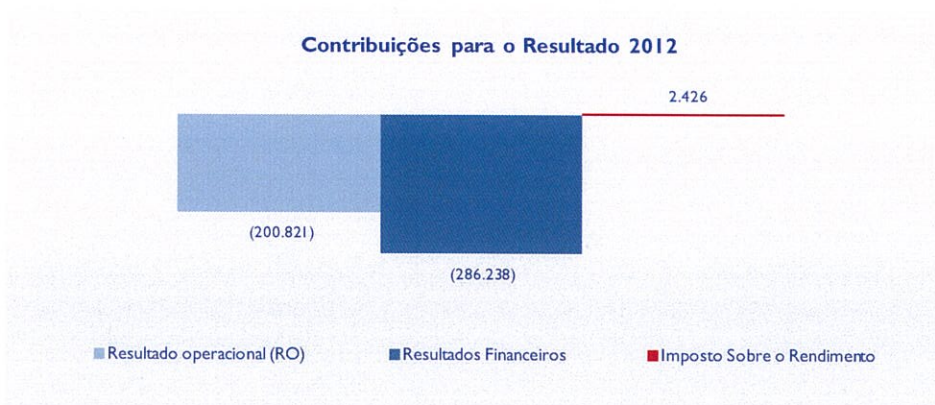
Demonstração dos Resultados	2011	2012	Var.
			%
Vendas	2.271.700	2.209.875	(2,7%)
Prestações de Serviços	551.192	521.271	(5,4%)
Volume de Negócios	2.822.892	2.731.146	(3,3%)
CMVMC	1.214.378	1.136.068	(6,4%)
Fornecimentos e Serviços Externos	1.426.038	1.608.082	12,8%
Gastos com o Pessoal	246.604	208.497	(15,5%)
Outros Resultados Operacionais	57.159	105.477	84,5%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>(6.970)</b>	<b>(116.025)</b>	<b>(1564,6%)</b>
Amortizações	57.279	84.796	48,0%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>(64.249)</b>	<b>(200.821)</b>	<b>(212,6%)</b>
Resultados Financeiros	(210.675)	(286.238)	(35,9%)
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>(274.924)</b>	<b>(487.059)</b>	<b>(77,2%)</b>
Imposto Sobre o Rendimento	(993)	(2.426)	(144,3%)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(273.931)</b>	<b>(484.633)</b>	<b>(76,9%)</b>

(em euros)

	2011	2012	Var. %
<b>EBITDA (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>(38.340)</b>	<b>(132.796)</b>	<b>(246,4%)</b>
Margem EBITDA	-1,36%	-4,86%	(3,5 p.p.)
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>(64.249)</b>	<b>(200.821)</b>	<b>(212,6%)</b>
Margem EBIT	-2,28%	-7,35%	(5,1 p.p.)

EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades  
 Margem EBITDA = EBITDA / Volume de Negócios  
 Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

○ Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:

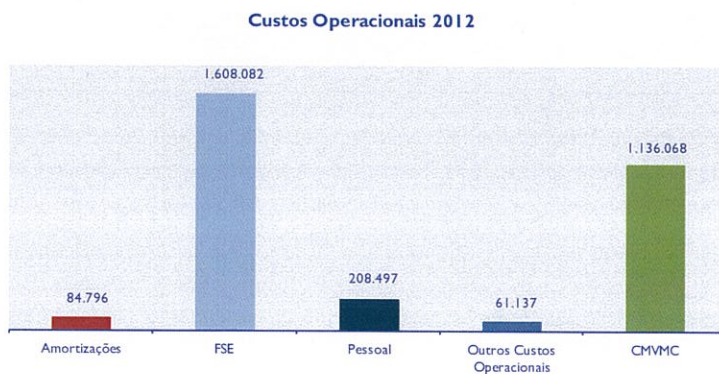


Tanto a vertente Operacional como a Financeira apresentam desempenhos que contribuíram negativamente para o resultado alcançado.

EBIT (Resultado Operacional)

○ EBIT (Resultado Operacional) regista um resultado negativo de 200.821 euros. Os proveitos operacionais no montante total de 2.897.760 euros, constituídos essencialmente pelo Volume de Negócios, ficaram abaixo dos custos operacionais que atingiram os 3.098.581 euros

A decomposição dos Custos Operacionais é a seguinte:



Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentam essencialmente por via do Saneamento, em consequência quer do aumento da tarifa, quer dos mínimos cobrados em 2012.

A redução verificada na rubrica de CMVMC justifica-se pelo menor investimento em substituição de contadores comparativamente com 2011 e redução de 4% no volume de água comprada.

### Resultado Financeiro

A vertente financeira regista um resultado negativo de 286.238 mil euros, explicado essencialmente por encargos financeiros derivados do aumento da dívida e aumento das taxas de juro.

### **Análise do Balanço**

*(em euros)*

Balanço	2011	2012	Var.
			%
<b>Ativo</b>			
Ativos Fixos e Intangíveis	3.827.489	5.121.891	33,8%
Outros	91.930	95.946	4,4%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>3.919.419</b>	<b>5.217.836</b>	<b>33,1%</b>
Contas a Receber	784.433	735.184	(6,3%)
Diferimentos	92.251	91.866	(0,4%)
Outros	759.494	1.208.905	59,2%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>1.636.178</b>	<b>2.035.956</b>	<b>24,4%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.555.597</b>	<b>7.253.792</b>	<b>30,6%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>	<b>78.921</b>	<b>30.899</b>	<b>(60,8%)</b>
Financiamentos Obtidos	2.578.970	3.227.532	25,1%
Accionistas	492.500	492.500	0,0%
Contas a Pagar	569.333	567.553	(0,3%)
Outros	613.714	635.364	3,5%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>4.254.517</b>	<b>4.922.949</b>	<b>15,7%</b>
Contas a Pagar	1.207.063	2.288.448	89,6%
Outros	15.096	11.495	(23,9%)
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>1.222.159</b>	<b>2.299.944</b>	<b>88,2%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>5.476.676</b>	<b>7.222.893</b>	<b>31,9%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>5.555.597</b>	<b>7.253.792</b>	<b>30,6%</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2012, o montante de 7.253 mil euros, valor superior em 30,6% ao registado no final de 2011.

Os **Ativos não Correntes** aumentam 33,1% por via dos investimentos realizados, conforme previsto no Plano de Investimentos.

O reconhecimento das prestações suplementares no valor de 460 mil euros, que irão ser disponibilizadas durante o exercício de 2013, contribui para o aumento dos **Ativos Correntes**.

O **Capital Próprio** aumenta por via das Prestações Suplementares. Em sentido contrário encontra-se o resultado líquido verificado no final de 2012 e a variação negativa do justo valor do instrumento de cobertura (SWAP).

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2012, o montante de 4.922,9 mil euros, valor superior em 15,7% ao registado no final de 2011. Verifica-se um aumento do financiamento junto da CGD BI por via dos desembolsos recebidos no total de 586 mil euros.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente do aumento da dívida a fornecedores.

## Indicadores

Os indicadores de Rentabilidade revelam o impacto dos resultados líquidos negativos que a empresa regista nos dois anos.

Ao nível dos indicadores de endividamento, quer a Autonomia Financeira quer a Solvabilidade registam, em 2012, um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, por via do aumento das rubricas do Ativo e Passivo.

Indicadores	2011	2012	Var.
			p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(347,1%)	(1568,4%)	(1221,3 p.p.)
Rentabilidade do Ativo (%)	(4,9%)	(6,7%)	(1,8 p.p.)
Autonomia Financeira (%)	1,42%	0,43%	(0,9 p.p.)
Solvabilidade (%)	1,44%	0,43%	(1,0 p.p.)

p.p. - pontos percentuais

# Perspetivas para o Futuro



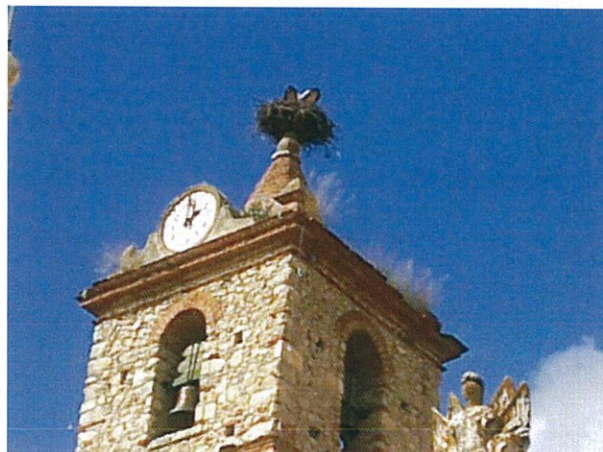
ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2013 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Conclusão das Obras previstas no Plano de Investimento, assegurado que estejam as condições de financiamento, os licenciamentos necessários e a definição dos sistemas na sua interligação alta/baixa;
- Melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com a consequente redução do volume de água perdida e do volume de água comprada;
- Melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de aflúências indevidas;
- Continuidade da campanha de substituição de contadores;
- Otimização do Plano de Manutenção Preventiva da Infraestruturas;
- Aproximação aos grandes clientes;
- Arranque do Projeto de Telegestão;
- Início do Processo de Certificação (Qualidade, Ambiente e Segurança).



Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Aprovação e aplicação do princípio de faturação por caudais reais;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos devido à conjuntura económico-financeira;
- Finalização do processo de revisão do Contrato de Concessão e assinatura do aditamento ao Contrato de Concessão;
- Regularização da utilização das facilidades de desembolso garantidas pelo Contrato de Financiamento.

# Considerações Finais





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2012, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- A Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

# Outras Informações



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2012
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2012;
- A sociedade não tem sucursais.

# Proposta de Aplicação de Resultados



ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no montante de 484.633 euros negativos, seja transferido para Resultados Transitados a inscrever na conta 56.

### O Conselho de Administração



Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira



Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa

Handwritten initials or signature in blue ink.

# Contas do Exercício de 2012 e Respetivo Anexo



## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

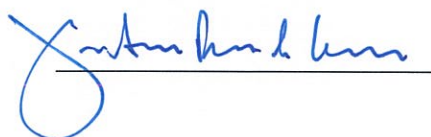
**BALANÇO**

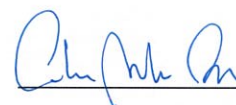
31 de dezembro de 2012

Quantias em Euros

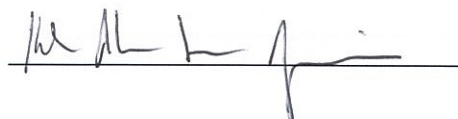
	Notas	31-12-2012	31-12-2011
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	64.756	77.635
Ativos Intangíveis	7	5.057.135	3.749.854
Ativos por Impostos Diferidos	12	95.946	91.930
		5.217.836	3.919.419
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	69.994	74.317
Clientes	13	517.572	400.502
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	64.172	45.056
Acionistas/Sócios	13.6	637.000	320.000
Outras Contas a Receber	13.2	153.440	338.875
Diferimentos	15.2	91.866	92.251
Caixa e Depósitos Bancários	4	501.911	365.177
		2.035.956	1.636.178
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.253.792</b>	<b>5.555.597</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	13.8	50.000	50.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1.220.000	760.000
Resultados Transitados	15.3	(513.989)	(240.059)
Ajustamentos em Ativos Financeiros	13.7	(240.478)	(217.089)
Resultados Líquidos do Período	15.3	(484.633)	(273.931)
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>30.899</b>	<b>78.921</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	290.064	291.380
Financiamentos Obtidos	13.5	3.227.532	2.578.970
Passivos por Impostos Diferidos	12	17.983	26.974
Acionistas/Sócios	13.6	492.500	492.500
Outros Passivos Financeiros	13.7	327.318	295.360
Outras Contas a Pagar	13.4	567.553	569.333
		4.922.949	4.254.517
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.3	1.241.216	750.534
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	7.913	9.098
Outras Contas a Pagar	13.4	1.039.319	447.431
Diferimentos	15.2	11.495	15.096
		2.299.944	1.222.159
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.222.893</b>	<b>5.476.676</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>7.253.792</b>	<b>5.555.597</b>

Conselho de Administração





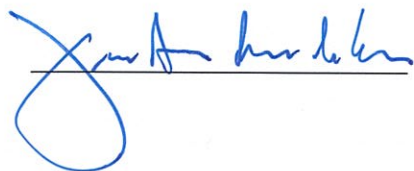
Técnico Oficial de Contas




**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2012**

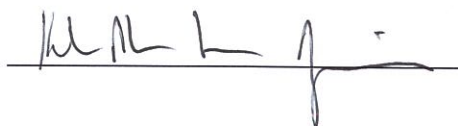
		Quantias em Euros	
	Notas	31-12-2012	31-12-2011
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	<b>10</b>	2.731.146	2.822.892
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	<b>9</b>	(1.136.068)	(1.214.378)
Fornecimentos e Serviços Externos	<b>15.4</b>	(1.608.082)	(1.426.038)
Gastos com o Pessoal	<b>14</b>	(208.497)	(246.604)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	<b>13.1</b>	(15.722)	(6.652)
Provisões (Aumentos/Reduções)	<b>11</b>	32.493	38.022
Outros Rendimentos e Ganhos	<b>15.5</b>	134.121	79.935
Outros Gastos e Perdas	<b>15.6</b>	(45.415)	(54.147)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		<b>(116.025)</b>	<b>(6.970)</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização		<b>15.7</b>	(84.796)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		<b>(200.821)</b>	<b>(64.249)</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		<b>15.8</b>	4.454
Juros e Gastos Similares Suportados		<b>15.9</b>	(215.326)
Resultado antes de Impostos		<b>(487.059)</b>	<b>(274.924)</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período		<b>12</b>	2.426
Resultado Líquido do Período		<b>(484.633)</b>	<b>(273.931)</b>

Conselho de Administração





Técnico Oficial de Contas





**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
 Período findo em 31 de dezembro de 2012

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Quantias em Euros
	Capital Realizado	Instrumentos de Capital Próprio	Resultados Transitados	Ajustam. em Ativos e Passivos Financeiros	Resultado Líquido do Período	
<b>1</b>	50.000	440.000	(144.039)	(224.219)	(96.019)	25.723
<b>2</b>	-	-	(96.019)	-	96.019	-
<b>3</b>	-	-	-	7.129	-	7.129
<b>4</b>	-	-	-	7.129	-	7.129
<b>5=3+4</b>	-	-	-	-	(273.931)	(273.931)
<b>6</b>	-	320.000	-	-	-	320.000
<b>7=1+2+3+4+6</b>	50.000	760.000	(240.059)	(217.089)	(273.931)	78.921
<b>7</b>	50.000	760.000	(240.059)	(217.089)	(273.931)	78.921
<b>8</b>	-	-	(273.931)	-	273.931	-
<b>9</b>	-	-	-	(23.389)	-	(23.389)
<b>10</b>	-	-	-	(23.389)	-	(23.389)
<b>11=9+10</b>	-	-	-	-	(484.633)	(484.633)
<b>12</b>	-	460.000	-	-	-	460.000
<b>13=7+8+9+10+12</b>	50.000	1.220.000	(513.990)	(240.478)	(484.633)	30.899

Conselho de Administração

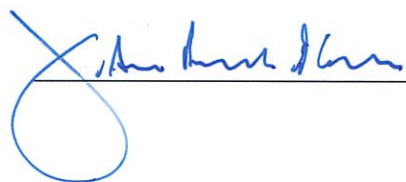



Técnico Oficial de Contas

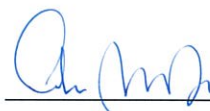


**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2012**

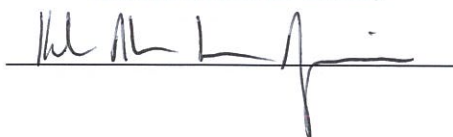
	Quantias em Euros	
	31-12-2012	31-12-2011
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes	3.664.358	3.530.958
Pagamentos a Fornecedores	(3.200.368)	(4.299.287)
Pagamentos ao Pessoal	(206.509)	(234.040)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>257.481</b>	<b>(1.002.370)</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(16.048)	(1.791)
Outros recebimentos / pagamentos	(9.955)	(157.869)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>231.478</b>	<b>(1.162.030)</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(1.948)	(2.286)
Ativos Intangíveis	(633.580)	(125.053)
	<b>(635.529)</b>	<b>(127.339)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(635.529)</b>	<b>(127.339)</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	588.351	1.223.500
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	143.000	335.000
	<b>731.351</b>	<b>1.558.500</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-	(28.914)
Juros e gastos similares	(190.567)	(155.767)
	<b>(190.567)</b>	<b>(184.681)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>540.785</b>	<b>1.373.819</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>136.735</b>	<b>84.450</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	365.177	280.726
Caixa e seus equivalentes no fim do período	501.911	365.177



Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas



## Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

### ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

#### I. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

#### Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infra-estruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infra-estruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infra-estruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infra-estruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em Junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de Agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em Janeiro de 2012 e que culminou em Dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

É convicção da Águas da Azambuja que o processo negocial será finalizado no decorrer de 2013, o qual culminará na assinatura do aditamento ao Contrato de Concessão.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2012 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infra-estruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infra-estruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de

intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

**(a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2012	2011
Equipamento Administrativo	10% - 33.33%	10% - 33.33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12.50%	12.50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## (b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, excepto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2012	2011
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	2,41%	2,31%
Outros Ativos Intangíveis	2,41%	2,31%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

### (b.1) Propriedade Industrial

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

### **(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infra-estruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

### **(b.3) Outros**

São reconhecidos nesta rubrica as despesas iniciais com a aquisição do Direito da Concessão, no montante de 539.578 euros.

## **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período**

### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:



*(Handwritten initials and marks)*

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 26,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 10 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 10 milhões de Euros, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 29,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As

estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

### **(e) Ativos Financeiros**

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.2) Outras Contas a Receber**

As outras contas a receber inclui:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

### **(g) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

### **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

#### **(h.1) Capital Realizado**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### **(h.2) Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

### **(h.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

### **(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros**

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com o Sindicato Bancário formado pelo BPI / Caixa BI.

### **(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

#### **(i.1) Provisões para investimentos de substituição**

O valor de 290.064 euros constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

### **(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

#### **(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.

## **(j.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

## **(j.3) Acionistas**

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

## **(j.4) Outras Contas a Pagar**

As outras contas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

## **(j.5) Outros passivos financeiros**

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efetiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A Empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos; os resultados financeiros registados correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao “notional amount”, segundo os contratos de swap.

## **(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

## **(m) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

#### **(m.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

#### **(m.2) Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

#### **(n) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **(n.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

## **(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

## **(o) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

## **(p) Ativos e Passivos Contingentes**

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
    - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
    - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### **(q) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### **3.2 Juízos de valor**

#### **(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

#### **(b) Impostos Diferidos Ativos**

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### **3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.



### **(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

### **(b) Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### **(c) Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2012	2011
Caixa	504	500
Depósitos à Ordem	501.407	364.677
	<b>501.911</b>	<b>365.177</b>

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

#### 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
Pragosa Ambiente	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
Construções Pragosa	Obras de construção civil	Batalha
Ecobrejo	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
Luságua Lisboa	Distribuição de Água	Lisboa

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Natureza do Relacionamento		
Parte relacionada	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
Ecobrejo	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de Construção Civil.
Pragosa Ambiente	-	Recolha e transporte de resíduos.
Luságua Lisboa	-	Material Hidráulico.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2012	1.777	115.519	2.186	199.775	478.000	(369.375)
	2011	-	136.449	-	31.127	240.000	(369.375)
Luságua Serviços Ambientais	2012	-	51.721	-	64.023	-	-
	2011	-	23.190	-	1.304	-	-
Ecobrejo	2012	-	34.043	-	63.609	159.000	(123.125)
	2011	-	31.643	-	13.346	80.000	(123.125)
Construções Pragosa	2012	-	1.022.021	-	676.084	-	-
	2011	-	1.026.957	-	108.575	-	-
Pragosa Ambiente	2012	-	58.822	-	76.902	-	-
	2011	-	68.822	-	14.551	-	-
Luságua Lisboa	2012	-	274	-	337	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2012	2011
Total de remunerações	48.281	55.957
	<b>48.281</b>	<b>55.957</b>

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de janeiro de 2011</b>	1.534.910	1.164	539.578	550.023	2.625.676
Aquisições	-	-	-	1.226.699	1.226.699
Transferências	229.082	-	-	(229.082)	-
<b>31 de dezembro de 2011</b>	1.763.992	1.164	539.578	1.547.641	3.852.373
Aquisições	558	-	348.578	1.012.469	1.361.605
Transferências	2.232.407	-	-	(2.232.407)	(2.232.407)
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.996.956</b>	<b>1.164</b>	<b>888.156</b>	<b>327.703</b>	<b>5.213.979</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de janeiro de 2011</b>	31.003	453	23.036	-	54.491
Amortizações	35.642	388	11.999	-	48.027
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>66.645</b>	<b>841</b>	<b>35.035</b>	-	<b>102.518</b>
Amortizações	31.602	323	22.398	-	54.323
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>98.247</b>	<b>1.164</b>	<b>57.433</b>	-	<b>156.844</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de dezembro de 2012	<b>3.898.709</b>	-	<b>830.723</b>	<b>327.703</b>	<b>5.057.135</b>
A 31 de dezembro de 2011	<b>1.697.347</b>	<b>323</b>	<b>504.543</b>	<b>1.547.641</b>	<b>3.749.854</b>
A 1 de janeiro de 2011	<b>1.503.907</b>	<b>711</b>	<b>516.543</b>	<b>550.023</b>	<b>2.571.185</b>

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de janeiro de 2011</b>	57.259	4.907	56.934	-	119.100
Aumentos	-	-	996	484	1.480
Transferências	-	(4.907)	-	4.907	-
Abates	-	-	(256)	-	(256)
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>57.259</b>	-	<b>57.675</b>	<b>5.391</b>	<b>120.325</b>
Aumentos	-	-	674	910	1.584
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>57.259</b>	-	<b>58.349</b>	<b>6.301</b>	<b>121.909</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de janeiro de 2011</b>	8.424	1.573	15.616	-	25.613
Amortizações	5.726	-	10.554	975	17.255
Transferências	-	(1.573)	-	1.573	-
Abates	-	-	(178)	-	(178)
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>14.150</b>	<b>-</b>	<b>25.992</b>	<b>2.548</b>	<b>42.690</b>
Amortizações	5.726	-	7.584	1.154	14.463
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>19.875</b>	<b>-</b>	<b>33.576</b>	<b>3.702</b>	<b>57.153</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de dezembro de 2012	<b>37.383</b>	-	<b>24.773</b>	<b>2.599</b>	<b>64.756</b>
A 31 de dezembro de 2011	<b>43.109</b>	-	<b>31.683</b>	<b>2.843</b>	<b>77.635</b>
A 1 de janeiro de 2011	<b>48.835</b>	<b>3.334</b>	<b>41.318</b>	-	<b>93.487</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2012	2011
4 contratos de aluguer de viaturas	11.086	26.470
	<b>11.086</b>	<b>26.470</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2012	2011
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	10.389	15.384
Mais de um ano e não mais de cinco anos	696	11.086
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>11.086</b>	<b>26.470</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2012	2011
Matérias primas, Subs. e de Consumo	69.994	74.317
	<b>69.994</b>	<b>74.317</b>

52  
A  
8

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	<b>Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo</b>
Existências em 1 de janeiro de 2011	105.784
Compras	1.182.910
Regularização de inventários	(1.033)
Existências em 31 de dezembro de 2011	(74.317)
	<b>CMVMC 1.214.378</b>
Existências em 1 de janeiro de 2012	74.317
Compras	1.126.857
Regularização de inventários	4.888
Existências em 31 de dezembro de 2012	(69.994)
	<b>CMVMC 1.136.068</b>

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Vendas		
Mercadorias	6.394	3.154
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1.570.713	1.677.062
Quota Serviço Água	632.768	591.484
	<b>2.209.875</b>	<b>2.271.700</b>
Prestações de Serviços		
Diversos	140.390	204.642
Venda de Saneamento	380.881	346.550
	<b>521.271</b>	<b>551.192</b>
	<b>2.731.146</b>	<b>2.822.892</b>

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

*R. J. A. S.*

## II. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de janeiro de 2011	328.594
Reversões do ano	(129.211)
Aumentos do ano	91.189
Ajustamento temporal	808
A 31 de dezembro de 2011	<b>291.380</b>
A 1 de janeiro de 2012	291.380
Reversões do ano	(32.493)
Ajustamento temporal	31.178
A 31 de dezembro de 2012	<b>290.065</b>

Nas contas da Empresa a 31 de dezembro de 2012 não se encontra registado o montante de 730.178 Euros relativo a dívida à entidade Águas do Oeste pelo motivo de se ter efetuado contestação ao valor debitado por aquela entidade.

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2012	2011
Imposto Corrente		
IRC do ano	2.012	3.445
	2.012	3.445
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(4.438)	(4.438)
	(4.438)	(4.438)
	<b>(2.426)</b>	<b>(993)</b>

Não foram reconhecidos no ano quaisquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores.

Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos, pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

2. *[Handwritten signature]*

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes de impostos	(487.059)	(274.924)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(129.071)	(72.855)	26,50%	26,50%
Proveitos não tributáveis				
Variações patrimoniais negativas	1.616	1.616		
Mais Valias Contabilísticas	-	79		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	32.493	129.211		
	34.109	130.906	1,86%	15,75%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Variações patrimoniais positivas	18.363	18.363		
Multas, coimas e juros compensatórios	19.978	675		
Créditos incobráveis	437	-		
Menos Valias Contabilísticas	-	78		
Provisões para além limites legais	16.217	91.189		
Registo de perdas de imparidade	-	3.905		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	-	3.445		
Outros	3.320	2.790		
	58.314	120.444	3,17%	10,15%
Lucro tributável	(462.853)	(285.385)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Imposto calculado			0,00%	0,00%
Tributação autónoma	2.012	3.445	(0,41%)	(1,56%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(4.438)	(4.438)	0,91%	2,02%
	(2.426)	(993)	0,50%	0,45%
Imposto sobre o rendimento	<b>(2.426)</b>	<b>(993)</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,45%</b>

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2012	2011	2012	2011
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Integração Património e Bens Adquiridos (Eq. Básico) e Amortizações	15.094	22.641	(7.547)	(7.547)
Integração Património e Bens Adquiridos (Edifícios)	795	1.193	(398)	(398)
Valor da Renda reconhecido em 2011	2.094	3.140	(1.047)	(1.047)
	<b>17.983</b>	<b>26.974</b>	<b>(8.991)</b>	<b>(8.991)</b>
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Subsidio	8.833	13.250	(4.417)	(4.417)
Custo amortizado	273	410	(137)	(137)
SWAP	86.839	78.270	8.469	-
	<b>95.946</b>	<b>91.930</b>	<b>(3.915)</b>	<b>(4.553)</b>
			<b>(3.915)</b>	<b>(4.438)</b>



### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

<b>Instrumentos Financeiros Ativos</b>		<b>2012</b>	<b>2011</b>
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		543.562	410.769
Imparidade		(25.990)	(10.267)
		<u>517.572</u>	<u>400.502</u>
Acionistas			
Outras contas a receber		637.000	320.000
		153.440	338.875
		<b>1.308.012</b>	<b>1.059.376</b>
<b>Instrumentos Financeiros Passivos</b>		<b>2012</b>	<b>2011</b>
Não corrente			
Financiamentos obtidos			
Acionistas		3.227.532	2.578.970
Outras contas a pagar		492.500	492.500
		567.553	569.333
		<u>4.287.585</u>	<u>3.640.803</u>
Corrente			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		1.241.216	750.534
		1.039.319	447.432
		<u>2.280.535</u>	<u>1.197.966</u>
		<b>6.568.120</b>	<b>4.838.769</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivados</b>		<b>2012</b>	<b>2011</b>
Outros passivos financeiros			
Swap		327.318	295.360
		<u>327.318</u>	<u>295.360</u>
<b>Instrumentos Financeiros de Capital</b>		<b>2012</b>	<b>2011</b>
Capital			
Outros instrumentos de capital		50.000	50.000
Prestações suplementares		1.220.000	760.000
		<u>1.270.000</u>	<u>810.000</u>

R-  
A  
D

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	60-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2012	543.562	344.368	80.969	7.606	7.004	9.151	94.464
Ano 2011	410.769	247.799	74.303	12.773	8.959	5.428	61.507

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2012				
Clientes	10.267	15.722	-	25.990
	<b>10.267</b>	<b>15.722</b>	-	<b>25.990</b>
Exercício de 2011				
Clientes	3.616	6.652	-	10.267
	<b>3.616</b>	<b>6.652</b>	-	<b>10.267</b>

### 13.2 Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	117.915	281.246
Saneamento	23.236	41.222
Outros	2.899	-
Devedores diversos	9.390	16.406
	<b>153.440</b>	<b>338.874</b>

### 13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Fornecedores		
Nacionais	888.204	688.777
Entidades relacionadas	351.717	61.757
Em receção e conferência	1.295	-
	<b>1.241.216</b>	<b>750.534</b>

52  
t  
8

### 13.4 Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	567.553	569.333
	<u>567.553</u>	<u>569.333</u>
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	756.240	137.621
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	35.680	37.343
Fornecimentos e serviços por faturar	2.794	1.477
Juros	116.202	61.657
Diversos - outros	24.218	53.544
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	81.484	89.345
Renda de concessão	22.702	66.445
	<u>1.039.319</u>	<u>447.431</u>
	<b>1.606.872</b>	<b>1.016.764</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	Taxa Juros Efetiva	Maturidade	2012	2011
Não correntes				
Empréstimos bancários				
CGD BI	Euribor 6M	20-05-2009 a 24-08-2014	3.227.532	2.578.970
			<u>3.227.532</u>	<u>2.578.970</u>

### 13.6 Acionistas

O saldo de Acionistas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Acionistas - Outras operações Ativas	637.000	320.000
Acionistas - Outras operações Passivas	(492.500)	(492.500)
	<u>144.500</u>	<u>(172.500)</u>

### 13.7 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Derivados com cobertura eficaz		
"Swap" de taxa de juro variável	327.318	295.360
	<b>327.318</b>	<b>295.360</b>

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, a Águas da Azambuja, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com a Caixa Geral de Depósitos BI, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até 24 de fevereiro de 2015. A empresa Águas da Azambuja, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012, a empresa apresenta um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com a CGD BI, como se segue:

O nocional do contrato de swap em 31 de dezembro de 2012 ascende a 5.274.000 euros (2011: 4.486.500 euros) e o correspondente justo valor (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), àquela data, é de cerca de 327.318 euros (2011: 295.360 euros) a favor da entidade bancária.

O justo valor do swap refletido na rubrica de Capital Próprio, líquido de Imposto Diferido é de 240.578 euros

As quantias resultantes da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2012	2011	Varição de justo valor	2012
Ajustamentos em ativos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	295.360	31.958	327.317
Imposto Diferido	(78.270)	(8.469)	(86.739)
	<b>217.089</b>	<b>23.489</b>	<b>240.578</b>

Ano de 2011	2010	Varição de justo valor	2011
Ajustamentos em ativos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	224.218	71.141	295.360
Imposto Diferido	-	(78.270)	(78.270)
	<b>224.218</b>	<b>(7.129)</b>	<b>217.089</b>

02. 11 A  
8

### 13.8 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2012	2011
Capital social nominal emitido	50.000	50.000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37.490	37.490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12.495	12.495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	50.000	50.000
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.9 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2012:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2501.002237.093	CGD	3.500	Galp Frota Energia	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2501.002349.093	CGD	1.231	Eléctrica	EDP	Fornecimento Energia - Encosta Casais de Brito
2501.002590.693	CGD	5.000	Obras na Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Abertura Vala ENI do Km57+300 ao Km 57+445
2501.002609.093	CGD	5.000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2501.002608.293	CGD	14.100	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra ENI do Km 60+422 ao Km 60+737-D e E
508 660	Caixa BI	1.000.000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que ascendem a cerca de 2.365.241 Euros.

### 13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - ▶ Risco de taxa de juro
  - ▶ Risco de taxa de câmbio
  - ▶ Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

A Empresa tem contratado um contrato de Swap por forma a mitigar o risco de taxa de juro.

## A evolução nas taxas de juro foi a seguinte:

<b>Evolução das taxas do mercado monetário na zona Euro</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Euribor 12M	0,542%	1,955%
Euribor 6M	0,320%	1,625%
Euribor 3M	0,187%	1,369%

Fonte: Banco BPI

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de empréstimos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável. A contratação efetiva é a indicada no quadro seguinte:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Taxa variável	0,58%	1,73%
Taxa fixa	3,21%	3,21%

### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos, na linha inferior aos 250.000 euros.

## 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Remunerações do Pessoal	168.039	202.476
Indemnizações	-	2.162
Encargos sobre Remunerações	36.680	41.432
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.082	1.261
Gastos de ação social	5.973	6.081
Outros gastos com o Pessoal	(3.276)	(6.808)
	<b>208.497</b>	<b>246.604</b>

*[Handwritten initials and signature]*

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2012 foi de 11 (2011: 11 pessoas).

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Saldo a Receber		
IVA	51.562	45.056
Pagamento Especial por Conta	12.610	
	<b>64.172</b>	<b>45.056</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	2.012	3.445
Retenções Imposto sobre Rendimento	1.913	1.683
Contribuição para a Segurança Social	3.988	3.970
	<b>7.913</b>	<b>9.098</b>

### 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	244
Rendas	1.909	2.049
Encargos Bancários	89.957	89.957
	<b>91.866</b>	<b>92.251</b>

Os rendimentos a reconhecer discriminam-se como se segue:

	2012	2011
Rendimentos a reconhecer		
Subsidio	11.495	15.096
	<b>11.495</b>	<b>15.096</b>



Handwritten initials and signatures in blue ink.

### 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<b>Resultados Transitados</b>	<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2011	(144.039)	(96.019)	(240.058)
Remanescente da aplicação de Resultados	(96.019)	96.019	-
Resultado do ano	-	(273.931)	(273.931)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(240.058)</b>	<b>(273.931)</b>	<b>(513.989)</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2012	(240.058)	(273.931)	(513.989)
Remanescente da aplicação de Resultados	(273.931)	273.931	-
Resultado do ano	-	(484.633)	(484.633)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(513.989)</b>	<b>(484.633)</b>	<b>(998.622)</b>

### 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Subcontratos	271.359	319.909
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	1.077.541	846.808
Publicidade e propaganda	1.135	1.994
Vigilância e segurança	1.562	1.674
Honorários	2.400	2.778
Comissões	1.310	1.497
Conservação e reparação	17.084	13.108
Outros Serviços Especializados	2.518	1.922
Materiais		
Ferramentas e utensílios	672	768
Livros e documentação técnica	20	20
Material de escritório	2.222	2.608
Energia e Fluidos		
Eletricidade	26.668	29.086
Combustíveis	17.093	16.571
Água	6.832	4.888
Outros Fluidos	243	446
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	2.192	3.273
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	49.942	47.779
Comunicação	55.550	58.886
Seguros	13.281	12.766
Contencioso e notariado	18.244	21.434
Despesas de representação	102	374
Limpeza, higiene e conforto	7.548	4.459
Outros	32.564	32.989
	<b>1.608.082</b>	<b>1.426.038</b>

### 15.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Rendimentos Suplementares		
TRH	51.994	54.010
Outros	69.446	17.091
Ganhos em Inventários	9.081	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	3.461
Imputação de Subsídios para Investimentos (Nota 23)	3.600	4.206
Outros não especificados	-	1.168
	<b>134.121</b>	<b>79.935</b>

### 15.6 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Impostos	40.621	48.989
Dívidas incobráveis	437	3.905
Perdas em Inventários	4.192	1.033
Abates	-	78
Outros Não Especificados	164	141
	<b>45.415</b>	<b>54.147</b>

### 15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

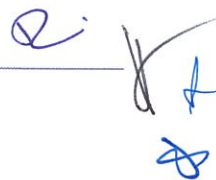
A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	14.463	17.254
Ativos Intangíveis	70.332	48.027
	<b>84.796</b>	<b>65.281</b>
Reversões de depreciações e amortizações		
Ativos Intangíveis	-	(8.002)
	-	<b>(8.002)</b>
	<b>84.796</b>	<b>57.279</b>

### 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	-	29
Atraso de pagamento de clientes	4.454	4.622
	<b>4.454</b>	<b>4.651</b>



## 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	194.024	127.735
Empresas de grupo	18.458	14.341
Mora e Compensatórios	19.978	675
Outros juros	-	532
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	56.855	35.684
Serviços Bancários	15.150	21.046
Comissões Garantias	9.616	11.835
IPC Renda Concedente	20.922	18.642
Trabalhos para Própria Empresa	(75.318)	(31.811)
Outros	31.008	16.649
	<b>290.692</b>	<b>215.326</b>

## 16. Aspetos Ambientais

Em 2012 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2012 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 28 de março de 2013.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Após encerramento das contas da empresa há a registar o facto do nosso fornecedor Águas do Oeste, SA ter levantado um processo de injunção contra a Águas da Azambuja, SA em 01/02/2013 no valor de 730.148 Euros motivado pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010.

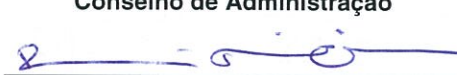
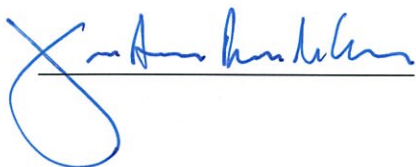
A Águas da Azambuja, SA apresentou oposição fundamentada no facto de a Águas do Oeste, SA não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja. Sobre este processo a Águas da Azambuja, SA apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

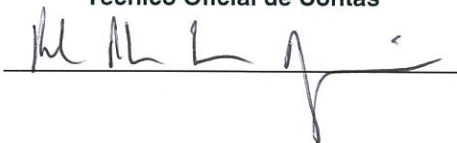
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2012, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota I deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2012, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2013, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Técnico Oficial de Contas



*R.*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

---

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

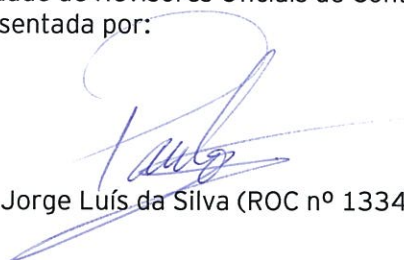
Procedemos à acção de fiscalização da Águas da Azambuja, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2012 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2012 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2012, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 5 de Abril de 2013

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



---

**Certificação Legal das Contas**

R.  
H  
A

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 7.253.792 Euros e um total de capital próprio de 30.899 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 484.633 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### **Ênfase**

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido na Nota 1 do Anexo, a Empresa apresentou à Câmara Municipal de Azambuja, em Junho de 2011, um pedido de revisão do Contrato de Concessão cujo

processo negocial resultou numa minuta de aditamento que aguarda parecer da Entidade Reguladora.

Lisboa, 5 de Abril de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)